

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 30 de setembro de 2023

Enquadramento

O presente reporte acompanha, com uma periodicidade trimestral, o modelo de monitorização territorial, operacional e financeira dos instrumentos territoriais (ITI/PDCT, AIDUS/PEDU e DLBC) bem como de outras intervenções e investimentos com forte incidência territorial (por exemplo, PARU para os centros urbanos complementares) e do investimento municipal.

A dimensão de territorialização da aplicação dos fundos (PO Temáticos e Regionais) tem por base a localização das operações.

Este reporte integra-se nas atividades regulares da Unidade de Política Regional (UPR) da Agência para o Desenvolvimento e Coesão no âmbito das suas competências de acompanhamento, monitorização e avaliação das dinâmicas e políticas de desenvolvimento regional.

Notas:

i) A informação disponibilizada neste reporte provem do Sistema de Monitorização do Portugal 2020 sendo coerente com o Boletim Informativo dos fundos da UE da AD&C.

ii) Uma vez que uma operação pode ter incidência em mais do que um território, nos quadros em que se utiliza a designação *número de registos* está a considerar-se o número de incidências de uma operação num determinado território.

Metodologia

- ◆ A territorialização das operações tem por base a sua localização (incidência).
- ◆ Uma operação pode ter incidência territorial em mais do que um município, NUTS III ou NUTS II, pelo que o número de registos corresponde às incidências territoriais dessa operação.
- ◆ Os quadros dos instrumentos territoriais incorporam informação de 30.09.2023 relativa ao FEADER, disponibilizada pela Autoridade de Gestão do PDR 2020 (PDCT e DLBC Rural) e informação relativa ao FEAMP, disponibilizada pela Autoridade de Gestão do MAR 2020 (DLBC Costeiro).
- ◆ A informação considerada para o processo de monitorização tem por base a informação residente no sistema de monitorização do Portugal 2020.
- ◆ Nos Instrumentos Territoriais, apenas são consideradas as operações com ligação inequívoca a esses Instrumentos.

Análise Global

A 30 de setembro de 2023, os **PO Regionais** (Continente e Regiões Autónomas) contabilizavam um total de 41.488 operações aprovadas, correspondendo a um valor global de 10.339M€ de fundo aprovado, 8.255M€ de fundo executado e 8.116M€ de pagamentos.

O FEDER enquadrou 33.788 operações, correspondendo a 8.198M€ de fundo aprovado, 6.548M€ de fundo executado e 6.468M€ de pagamentos. O FSE enquadrou 7.700 operações, que correspondem a 2.142 M€ de fundo aprovado, 1.707M€ de fundo executado e 1.648 M€ de pagamentos.

Os PO Regionais do Continente registam uma taxa de compromisso de 112% e de execução de 89%.

No final do trimestre, todos os POR registavam taxas de compromisso igual ou superior a 103%, com a taxa mais alta a verificar-se no POR Centro e POR Lisboa (115%, respetivamente). As taxas de execução variavam entre 84% no POR Algarve e os 95% no PO Madeira e PR Lisboa.

O POR Algarve foi o que observou uma maior evolução da taxa de compromisso no terceiro trimestre de 2023, com um aumento de 3,0 p.p. face ao trimestre anterior.

As taxas de execução têm um comportamento semelhante em todos os PO Regionais do Continente com evoluções que variaram entre 3.1 p.p. no POR Norte e 4.7 p.p. no POR Alentejo.

NUTS II	Programação Financeira 2014-2020 (PR)	Fundo aprovado (AP)	Despesa validada (VAL)	Pagamentos (PG)	Indicadores financeiros (Fundo)	
	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (VAL/PR)
	mil euros	mil euros	mil euros		%	
Política Coesão	21 408 717	25 307 978	20 401 970	20 397 784	118%	95%
PO Regionais do Continente	7 752 503	8 714 141	6 877 532	6 723 342	112%	89%
PO Norte 2020	3 378 771	3 733 899	2 975 278	2 923 511	111%	88%
PO Centro 2020	2 155 031	2 476 503	1 910 775	1 833 255	115%	89%
PO Alentejo 2020	1 082 944	1 215 772	951 460	940 312	112%	88%
PO Lisboa 2020	817 081	940 297	773 461	763 670	115%	95%
PO Algarve 2020	318 676	347 671	266 558	262 595	109%	84%
PO Regiões Autónomas	1 538 707	1 625 337	1 377 599	1 393 138	106%	90%
PO Açores 2020	1 137 481	1 173 780	995 388	996 671	103%	88%
PO Madeira 14-20	401 226	451 556	382 211	396 466	113%	95%

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 30 de setembro de 2023

Investimentos de Esfera Municipal

Relativamente à concretização dos investimentos de entidades da **esfera municipal**, verifica-se que, em termos acumulados, encontram-se aprovados 12.177 registos de operações correspondendo a um volume de fundo aprovado de 4.073 M€.

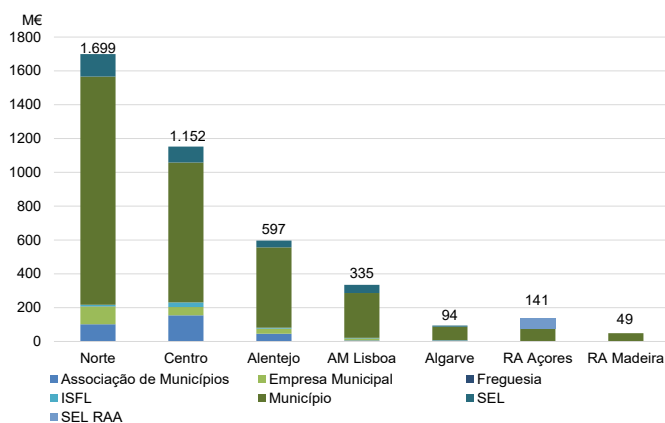
Os municípios mantêm-se como os principais promotores no âmbito da esfera municipal, com 77% do fundo aprovado (3.119 M€).

A NUTS II com maior volume de fundo aprovado no âmbito da esfera municipal é o Norte, registando 1.699 M€ (42% do total de aprovações).

A PI 6.5 (requalificação e ambiente urbano) com 837 M€ continua a ser a PI com maior volume de fundo aprovado, sendo a que regista igualmente o maior número de registos de aprovações (1.471). Segue-se a PI 10.5 (Equipamentos educativos) com um volume de fundo aprovado de 601 M€ e 1.238 registos de operações.

No terceiro trimestre de 2023, as PI 10.5 e 6.5 foram as que registaram maiores volumes de aprovações: 9 M€ e 7M€, respetivamente.

Esfera Municipal - fundo aprovado por região e setor Institucional, a 30.setembro.2023



Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

Incidência Territorial - localização das operações

Até 30 de setembro de 2023 encontrava-se aprovado um total de 90.340 operações no âmbito dos fundos da Política de Coesão (FEDER, FSE e FC) do Portugal 2020, com um volume total de 25.308M€ fundo aprovado e 20.402M€ de fundo validado.

No que concerne à afetação regional dos fundos no conjunto dos **PO Temáticos**, é na região Norte que se concentra o maior volume de compromisso e de fundo validado (47%). Seguem-se o Centro (32%) e o Alentejo (9%).

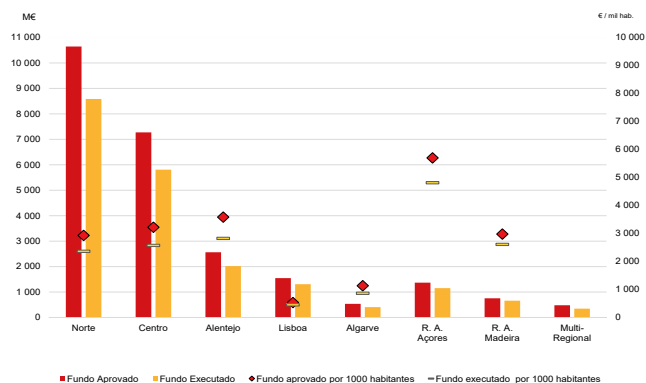
A distribuição regional *per capita* faz salientar a Região Autónoma dos Açores que regista o maior volume de fundo aprovado bem como executado, por mil habitantes, por contraposição à A.M. de Lisboa.

Distribuição regional dos PO Temáticos dos fundos da Política de Coesão (M€), a 30.set.2023

PO Temáticos / Regiões	PO CH		PO CI		PO ISE		PO SEUR	
	Aprovado	Executado	Aprovado	Executado	Aprovado	Executado	Aprovado	Executado
Portugal	4 096	3 412	5 795	4 360	2 679	2 266	2 259	1 997
Norte	2 156	1 797	2 820	2 150	1 258	1 073	677	588
Centro	1 338	1 128	2 038	1 556	888	743	531	470
Alentejo	414	333	462	322	264	216	207	195
Lisboa	49	47	30	17	126	121	402	350
Algarve	10	9	49	14	23	20	105	98
R. A. Açores	0	0	112	100	26	26	55	33
R. A. Madeira	0	0	0	0	22	16	281	262
Multi-Regional	128	97	283	200	72	51	0	0
Não Territorializado	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

Distribuição regional *per capita* dos fundos da Política de Coesão, a 30.set.2023



Nota: O investimento que não é passível de ser imputado apenas a uma região é classificado como Multi-Regional.

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 30 de setembro de 2023

Instrumentos Territoriais

No âmbito dos instrumentos territoriais o número de registos de operações aprovadas a 30 de setembro de 2023 era de 22.279.

No âmbito dos PDCT encontravam-se aprovados 6.939 registos de operações como um volume de fundo aprovado de 1.350 M€ e 1.122M€ validados. O FEDER apresenta uma taxa de 110% na relação entre o fundo aprovado face ao contratado.

Os PEDU, nas suas três áreas de intervenção, totalizavam 1.535 registos de operações aprovadas a que correspondia um montante de 886 M€ de FEDER aprovado e 779 M€ de fundo validado.

Nos DLBC, estavam aprovados 13.805 registos de operações, maioritariamente na vertente rural (12.972). Continua a ser expressiva a preponderância desta vertente no volume de fundo aprovado, com 86%.

O quadro à direita apresenta uma síntese da execução financeira dos instrumentos territoriais por fundo.

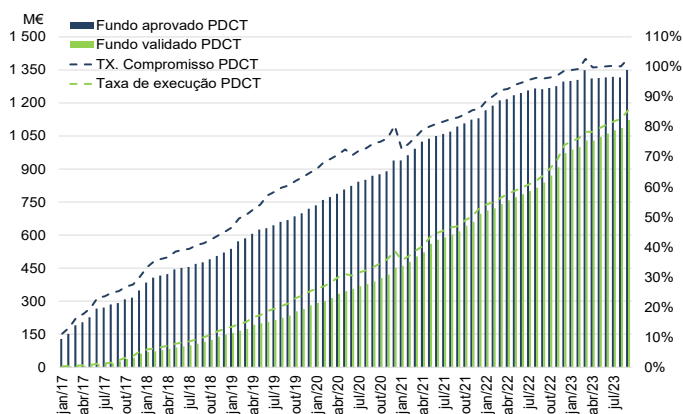
Compromisso e execução, por instrumento territorial, a 30.setembro.2023

Instrumto Territorial/Fundo	Contratado	Fundo Aprovado	Fundo Validado	Pagamentos
PDCT	1 363 571 485	1 350 007 552	1 122 454 725	1 075 761 571
FEDER	990 960 241	1 091 701 442	943 860 555	893 722 546
FSE	309 158 937	208 958 770	150 396 331	153 860 088
FC	13 385 635	12 984 053	12 736 128	12 717 226
FEADER	50 066 672	36 363 288	15 461 710	15 461 710
PEDU	854 448 955	886 433 256	779 191 422	737 534 969
FEDER	854 448 955	886 433 256	779 191 422	737 534 969
PARU (+)	262 378 913	303 965 147	269 401 767	253 807 722
FEDER	262 378 913	303 965 147	269 401 767	253 807 722
DLBC	306 019 416	446 811 104	254 822 200	264 403 277
Costeiro	37 863 896	39 332 433	24 307 652	25 000 670
FEDER	7 367 989	5 005 459	3 808 372	3 674 620
FSE	6 995 907	11 352 594	5 169 763	5 836 948
FEAMP	23 500 000	22 974 380	15 329 517	15 489 102
Rural	243 584 922	383 646 313	216 609 899	224 907 332
FEDER	55 036 931	45 061 631	35 828 855	36 308 829
FSE	57 225 193	165 701 906	85 752 883	93 570 343
FEADER	131 322 798	172 882 776	95 028 160	95 028 160
Urbano	24 570 598	23 832 359	13 904 649	14 495 275
FEDER	8 490 125	1 470 817	1 267 475	1 260 514
FSE	16 080 473	22 361 541	12 637 173	13 234 761

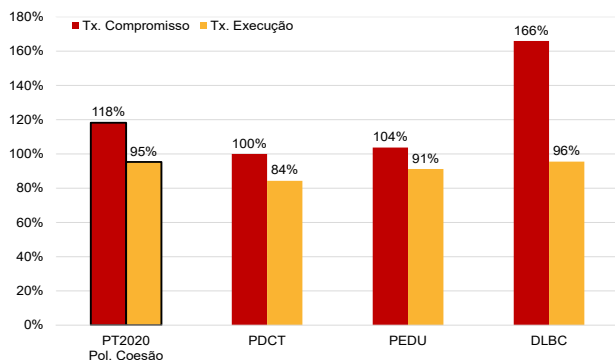
Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020.

(+) O PARU, não sendo um Instrumento Territorial é integrado neste quadro pois assume um compromisso indireto dos POR para com os municípios (valor na coluna *Contratado*).

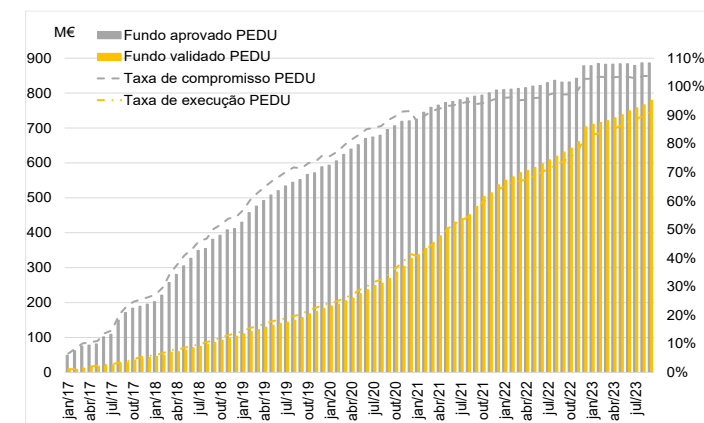
Evolução das taxa de compromisso e de execução dos PDCT (Política de Coesão) e PEDU



Taxa de compromisso e de execução, por instrumento Territorial (Política de Coesão), a 30.setembro.2023



Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020



No gráfico à esquerda pode observar-se as taxas de compromisso e de execução dos principais instrumentos territoriais em comparação com o Portugal 2020, na vertente Política de Coesão

No terceiro trimestre de 2023, os DLBC mantiveram-se o instrumento territorial com maior taxa de compromisso (166%) e passaram a ser o instrumento com taxa de execução mais elevada (96%), refletindo um aumento de 8,5 p.p relativamente a junho de 2023 (o maior aumento trimestral no conjunto dos instrumentos territoriais).

Os PEDU apresentavam uma taxa de compromisso de 104% e uma taxa de execução de 91%. Os PDCT registaram uma taxa de compromisso de 100% e uma taxa de execução de 84%.

Quer os PDCT quer os PEDU observaram uma evolução semelhante da taxa de execução no terceiro trimestre de 2023, com um aumento de 3,3 p.p. e 3,2 p.p. face ao trimestre anterior.

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 30 de setembro de 2023

Síntese dos Instrumentos Territoriais

A 30 de setembro de 2023, no âmbito dos instrumentos com incidência territorial (PDCT, PEDU, PARU e DLBC), contabilizavam-se 23.049 registos de aprovações. O fundo comprometido era 2.987 M€, a execução 2.426 M€ e o volume de pagamentos 2.332 M€. No âmbito dos PDCT o volume total de fundo aprovado é de 1.350 M€ e nos PEDU de 886 M€. A taxa de execução mais elevada, para o conjunto dos instrumentos analisados, registava-se na A. M. de Lisboa (98%).

Os DLBC foram o instrumento territorial que tiveram maior número de registos aprovados face ao trimestre anterior (870).

De referir ainda que os PARU do Alentejo foram os que registaram o maior aumento de taxa de execução face ao trimestre anterior (10 p.p.).

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos fundos (à data de 30 de setembro de 2023) por Região e por **Instrumento Territorial**.

Instrumento Territorial / Fundo	Programação Financeira 2014-2020 (PR)		Aprovações (AP)				Despesa validada (VAL)	Pagamentos aos beneficiários (PG)	Indicadores financeiros (Fundo)			
	Nº	Fundo Comunitário	Nº de Registos	Investimento/ custo total	Investimento/ custo total elegível	Fundo Comunitário			Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Taxa de compromisso (AP / PR)	Taxa de execução (VAL / PR)
		mil euros					mil euros	mil euros				
TOTAL - IT	379	2 786 419	23 049	4 764 177	4 078 767	2 987 217	2 425 870	2 331 508	107%	87%	78%	96%
PDCT	22	1 363 571	6 939	2 044 838	1 804 444	1 350 008	1 122 455	1 075 762	99%	82%	80%	96%
PEDU	105	854 449	1 535	1 368 342	1 125 958	886 433	779 191	737 535	104%	91%	83%	95%
PARU	170	262 379	770	416 293	367 416	303 965	269 402	253 808	116%	103%	83%	94%
DLBC	82	306 019	13 805	934 705	780 949	446 811	254 822	264 403	146%	83%	59%	104%
NORTE - IT	n.a	1 264 191	9 758	2 168 656	1 869 058	1 392 273	1 171 009	1 101 470	110%	93%	79%	94%
PDCT	8	632 975	3 437	910 608	833 618	618 438	539 511	504 962	98%	85%	82%	94%
PEDU	29	409 827	717	709 010	557 572	443 232	391 814	364 536	108%	96%	82%	93%
PARU	57	123 868	391	205 764	191 686	156 535	142 354	132 948	126%	115%	85%	93%
DLBC	21	97 522	5 213	343 273	286 182	174 068	97 329	99 024	178%	100%	57%	102%
Costeiro	2	9 211	94	19 574	13 664	11 006	7 435	7 346	119%	81%	67%	99%
Rural	16	77 811	5 018	309 588	258 418	151 350	83 325	84 929	195%	107%	56%	102%
Urbano	3	10 500	101	14 111	14 100	11 712	6 569	6 750	112%	63%	58%	103%
CENTRO - IT	n.a	830 088	6 386	1 331 904	1 117 876	840 960	639 411	630 903	101%	77%	75%	99%
PDCT	8	408 628	1 925	620 078	528 152	400 219	302 207	298 299	98%	74%	75%	99%
PEDU	32	231 456	330	310 990	254 201	216 071	187 116	182 032	93%	81%	84%	97%
PARU	68	91 073	228	127 384	107 183	91 105	81 274	76 914	100%	89%	84%	95%
DLBC	28	98 932	3 903	273 451	228 341	133 564	68 814	73 658	135%	70%	55%	107%
Costeiro	5	14 013	194	21 864	19 659	13 917	7 570	8 162	99%	54%	59%	108%
Rural	23	84 918	3 709	251 587	208 682	119 647	61 244	65 495	141%	72%	55%	107%
ALENTEJO - IT	n.a	439 082	4 651	749 828	641 963	477 790	373 964	369 409	109%	85%	77%	99%
PDCT	5	211 675	1 080	315 057	268 935	212 977	171 128	167 963	101%	81%	79%	98%
PEDU	26	121 346	252	165 563	146 785	124 525	103 538	101 572	103%	85%	82%	98%
PARU	32	38 906	108	66 949	57 875	49 194	39 409	37 818	126%	101%	77%	96%
DLBC	11	67 155	3 211	202 259	168 368	91 095	59 890	62 056	136%	89%	68%	104%
Costeiro	1	3 674	67	6 222	4 672	2 793	2 255	2 284	76%	61%	82%	101%
Rural	10	63 482	3 144	196 037	163 695	88 302	57 635	59 772	139%	91%	68%	104%
A.M. LISBOA - IT	n.a	224 657	1 496	447 420	397 412	245 761	221 140	209 284	109%	98%	85%	95%
PDCT	1	110 296	497	199 094	173 740	118 373	109 608	104 537	107%	99%	88%	95%
PEDU	18	91 818	236	182 779	167 400	102 605	96 724	89 395	112%	105%	87%	92%
DLBC	13	22 542	763	65 547	56 273	24 782	14 808	15 353	110%	66%	62%	104%
Costeiro	2	5 075	77	10 609	9 549	5 584	2 968	3 095	110%	58%	55%	104%
Rural	2	7 202	475	34 518	26 735	9 240	5 931	6 014	128%	82%	65%	101%
Urbano	9	10 266	211	20 420	19 989	9 959	5 909	6 244	97%	58%	63%	106%
ALGARVE - IT	n.a	28 401	758	66 369	52 458	30 433	20 346	20 441	107%	72%	67%	100%
PARU	13	8 532	43	16 195	10 672	7 131	6 365	6 129	84%	75%	86%	96%
DLBC	9	19 868	715	50 174	41 786	23 302	13 981	14 313	117%	70%	61%	102%
Costeiro	2	5 892	61	13 149	10 976	6 032	4 080	4 114	102%	69%	68%	101%
Rural	3	10 172	626	34 011	27 851	15 108	8 474	8 697	149%	83%	58%	103%
Urbano	4	3 805	28	3 015	2 959	2 162	1 427	1 502	57%	37%	69%	105%

Nota: Devido às suas áreas de intervenção o financiamento do GAL ADRMAG é partilhado pelo POR Norte e POR Centro e o do GAL Terras Baixo Guadiana é partilhado pelo POR Algarve e POR Alentejo.